



G DIAS PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ Nº 14.275.268/0001 – 40 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. a aprovação desse Relatório e das respectivas Demonstrações Contábeis. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ananindeua-PA, 20 de abril de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE: Em Milhares de R\$

ATIVO	N.E	2022	2021
CIRCULANTE		10.786	10.255
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	4.263	2.721
Contas a Receber		6.523	7.534
NÃO CIRCULANTE		122.086	139.576
Partes Relacionadas		9.496	5.544
Participações Societárias		112.445	133.964
Imobilizado Líquido		145	68
ATIVO TOTAL		132.872	149.831
PASSIVO		2022	2021
CIRCULANTE		1.731	2.239
Fornecedores	4.2	1.479	2.069
Obrigações Sociais e Trabalhistas		192	106
Obrigações Tributárias		60	64
NÃO CIRCULANTE		17.468	12.619
Partes Relacionadas	7	16.048	11.199
Outras Obrigações		1.420	1.420
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		113.673	134.973
Capital Social Realizado	10	4.365	4.365
Reservas de Lucros		746	728
Reservas Reflexas		108.562	129.880
PASSIVO TOTAL		132.872	149.831

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS (D.R.F.) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE: 2022 Em Milhares de R\$

	N.E	2022	2021
(=) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		118	(11)
- Administrativas		(26)	(11)
- Financeiras		144	
(=) RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10	241	26
(=) OUTRA RECEITA (DESPESA) OPERACIONAL	12	11	(6)
(=) LUCRO DO EXERCÍCIO		370	9

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D.M.P.L) DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022. Em Milhares de R\$

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	RESERVA DE LUCRO	RESERVA REFLEXA	AFAC	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.365	2.568	116.670	255	123.603
Reserva de lucros a realizar		(1.840)			(1.840)
Reservas reflexas provenientes de participações societárias			13.210		13.210
Transferência AFAC para Passivo Longo prazo				(255)	0
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.365	728	129.880	0	134.973
Reserva de lucros a realizar		18			18
Reservas reflexas provenientes de participações societárias			(21.318)		(21.318)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.365	746	108.562	0	113.673

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS (D.F.C) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE: Em Milhares de R\$

NOMENCLATURAS	2022	2021
1 – AJUSTES PARA CONCILIAÇÕES COM O CAIXA	396	25
1.1 – Lucro do Exercício	370	9
2 – Ajustes p/ Conciliação com o Resultado	26	11
2.1 – Depreciações	26	11
2.2 – Ganhos (Perdas) na Equivalência Patrimonial		6
3 – DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	501	(4.685)
3.1 – Contas a Receber	(2.617)	(1.382)
3.2 – Outros Ativos Circulantes	(207)	(336)
3.3 – Adiantamentos a Fornecedores	(201)	(20)
3.4 – Créditos com Empregados	(1)	7
3.5 – Partes Relacionadas		(1.004)
3.6 – Fornecedores	672	(47)
3.7 – Obrigações Trabalhistas e Sociais	85	(17)
3.8 – Obrigações Tributárias	(3)	(159)
3.9 – Lucros a Distribuir	2.773	(1.727)
4 – DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	17.466	(13.256)
4.1 – Aquisições de Bens para o Imobilizado	(102)	(32)
4.2 – Partes Relacionadas	(3.951)	
4.3 – Geração de Investimentos	21.519	(14)
4.4 – Contas Reflexas s/ PL das Controladas		(13.210)
5 – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(16.821)	20.624
5.1 – Ajustes de Exercícios Anteriores		9.519
5.2 – Partes Relacionadas	4.849	
5.3 – Aumento/Diminuição de Reservas	(21.670)	(1.850)
5.4 – AFAC		(255)
5.5 – Contas Reflexas s/PL das Controladas		13.210
6= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES	1.542	2.709
7 – VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	1.542	2.709
- No Fim do Exercício	4.263	2.721
- No Início do Exercício	2.721	12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

1. Contexto operacional - A G.Dias Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, que tem por atividades a participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário como controladora ou minoritária; gestão administrativa, financeira e investimentos em empresas controladas e/ou coligadas, bem como, aquisição, cessão e alienação de participações societárias. Com sede à Rodovia BR 316, Km 08, S/N, Sala 002, Bairro Águas Brancas, município de Ananindeua, Estado do Pará. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Excepcionalmente, conforme possibilidade expressa no CPC nº 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão sendo divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada em 31 de dezembro de 2022. **3. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **(a) Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), onde tem o R\$ como moeda funcional e de apresentação. **(b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros - empréstimos e recebíveis** - Instrumentos financeiros não derivativos incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como empréstimos e financiamentos, contas a pagar e outras dívidas. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento** - Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** - São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem recebíveis diversos e caixa e equivalentes de caixa. **(d) Contas a receber de clientes terceiros e partes relacionadas** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(e) Redução do valor recuperável de ativos financeiros - Teste de impairment** - A Sociedade poderá avaliar ao final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: **(i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; **(iv)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e **(vi)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia deverá avaliar em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(f) Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são calculados com base no Regime Tributário de presunção, devidamente calculados s/a receita bruta de suas atividades fins e sobre outras receitas, base de tributação, conforme legislação tributária em vigor, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela trimestral excedente e a contribuição social calculada à alíquota de 9%. **(g) Participações societárias** - Estão sendo avaliadas pelo método de equivalência, sendo o resultado auferido nestes investimentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício e as reservas reflexas reconhecidas diretamente sobre o patrimônio líquido de suas controladas. **(h) Imobilizado** - O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumulada. Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. **(i) Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização poderão ser revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, poderão ser revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **(j) Provisões** - São reconhecidas para obrigações presentes (legais) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais quando existentes, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. **(k) Resultado** - As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu correspondente período de competência. **4. Gestão de riscos - 4.1. Fatores de risco financeiro - (a) Instrumentos financeiros** - Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base